

ASSUNTO: Creches gratuitas para o 1º e 2º escalão de rendimentos

Exmos. Senhores,

A proposta de Orçamento do Estado para 2021 que o Senhor Ministro das Finanças já entregou no Parlamento, prevê que cerca de 65 mil crianças vão ter direito a uma vaga gratuita em Creche no próximo ano, no âmbito da medida que alarga até ao 2.º escalão de rendimentos as famílias com direito a este benefício.

Como Presidente da Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular, questiono:

1. Este direito será para todas as crianças do 1º e 2º escalão de rendimentos, ou apenas aquelas que frequentam instituições particulares de solidariedade social? E as outras crianças do 1º e 2º escalão, que não têm vaga nessas instituições e recorrem às nossas Creches, que não têm acordos de cooperação? Não têm direito ao mesmo apoio?
2. O apoio é para as famílias em função dos seus rendimentos ou em função do estabelecimento que frequentam?

A ACPEEP tem vindo a defender, ao longo destes anos, uma política de apoios que promova a **justiça** social, a **igualdade** de tratamento das crianças e das famílias e a sustentabilidade de todos os equipamentos sociais com resposta licenciada de Creche, para que nenhuma criança fique sem acesso à mesma, por razões económicas ou financeiras, e para que todas as Creches licenciadas possam desenvolver as suas respostas sociais adaptadas às necessidades das famílias, com qualidade e com garantia de sustentabilidade.

Mas, infelizmente, não parece ser esta a política seguida no novo Orçamento de Estado.

Lê-se no documento da proposta do Orçamento de Estado, "Nas creches abrangidas pelo sistema de cooperação, a gratuidade é assegurada pelo ISS [Instituto de Segurança Social], nos termos da regulamentação que define o seu modelo de cooperação com as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas para o desenvolvimento de respostas sociais".

Até à data, o Instituto da Segurança Social nunca fez acordos de cooperação ou projetos de parceria com as restantes Creches privadas (não IPSS), que têm os seus equipamentos licenciados pelo próprio ISS, e cujo investimento não custou um cêntimo ao Estado. É investimento 100% privado, que o Estado não tem aproveitado para economizar despesa pública.

Queremos consciencializar o Governo que as Creches privadas não querem apoios do Estado para se auto financiarem.



Queremos apenas que as crianças que as frequentam e cujos pais vivem com dificuldades financeiras, possam ser igualmente apoiadas em função dos seus rendimentos, para que haja equidade social. Porque estas famílias também pagam impostos.

Desta forma conseguia-se:

- assegurar vagas em todas as creches;
- Creches para todas as crianças, sem ter que recorrer a financiamento público para a construção de mais equipamentos sociais, aproveitando o parque de equipamentos existente, nomeadamente o investimento que já foi feito, a custo zero, para o Estado e que precisa de ser valorizado;
- proteger o emprego de milhares de profissionais que trabalham nas Creches de gestão privada (direta ou indiretamente) e que também têm famílias para sustentar;
- apoiar a iniciativa privada e promover a responsabilidade social das empresas e a coesão social;
- dinamizar a economia do país com menos custos para o erário público.

Solicitamos a V. Exas, que considerem no Orçamento de Estado para 2021, todas as crianças no alargamento dos apoios familiares para a frequência das Creches, em função dos seus rendimentos e não dos estabelecimentos que frequentam.

Só assim é que o Estado consegue garantir a Justiça e Equidade Social, perante os seus cidadãos, combatendo as desigualdades existentes.

Com os melhores cumprimentos,
Susana Batista

A presidente da Direção Nacional da ACPEEP